

EDITORIAL

The present edition of E.G.&G. includes texts written for the EURASIA LINK research programme on the subject of Asia, a subject we thus consider to be concluded. They are themes already approached on these pages and which were the focus of attention in the colloquia we organised in 1999 in Lisbon and Macao with the title "Macao and Hong Kong at a time of transition".

The part of the programme regarding Africa will be published at a later date. This research has been carried out under the auspices of UNIDE (ISCTE's Unidade de Investigação em Desenvolvimento Empresarial).

The article on Macao is a personal reflection on the significance of the ceremony transferring the sovereignty of this territory; this text should be read in conjunction with the article by Vivaldo Mendes on the "convergence" of the Portuguese economy within the EU.

The reader, perhaps surprised by the parallel outlined here, is challenged to confront the two texts, in the hope that the parallel becomes more obvious, and with the promise that the theme, worthy of great controversy, will be taken up again in open discussion in the next edition of the review.

Mário Murteira

Mário Murteira

MACAU: O fim duma época portuguesa

FIM DUMA ÉPOCA, COMEÇO DE QUÊ?

A passagem formal de Macau para a soberania chinesa foi um momento histórico de «pompa e circunstância» que, aparentemente, terá tido maior significado para a China do que para Portugal. Afirmção que parece estranha, atendendo à enorme disparidade nas dimensões dos dois países, por um lado, e à exígua área ocupada por Macau, por outro lado.

Quando, em 20 de Dezembro de 1999, no primeiro dia depois das luzidas cerimónias do «*handover*», um pequeno contingente do exército chinês entra em Macau, numa manhã festiva, cheia de Sol e de cores vivas, e perante a alegria da população chinesa, era impossível evitar alguma tristeza e nostalgia num olhar português. De certo modo, era o fim de qualquer coisa, sem anunciar o começo doutra.

Todavia, apesar das centenas de convidados que foram de Portugal — incluindo destacados membros da chamada classe política — e da larga cobertura dos media, não parece que o acontecimento tenha tido significado relevante para o luso cidadão comum, para além dalguma curiosidade folclórica despertada por uma China de nós distante ainda mais cultural do que geograficamente, ao tempo da globalização.

Quanto aos portugueses um dia radicados em Macau, a grande maioria já havia regressado e poucas centenas ficarão no território. Parece, pois, que se encerrou discretamente mais um capítulo da história portuguesa, ou mesmo da pós-história imperial, num ciclo de retiradas iniciado há cerca de um quarto de século, então em conjuntura histórica portuguesa de ressonância mundial.

Contudo, o acontecimento tem, pelo menos, um importante significado simbólico que importa analisar.

E não deixa de ser surpreendente registar que o tranquilo e programado termo da relação política entre Macau e Portugal coincide, no tempo, com a ressurreição de Timor, reatando-se, ao que parece, uma relação com Portugal, depois de circunstâncias tão dramáticas terem rodeado a odisseia do povo timorense no último quarto de século.

Estes factos apelam para uma reflexão sobre o que poderemos designar por *termo da transição pós-colonial portuguesa e começo doutro processo: a re-localização de Portugal no mundo globalizante*.

Frase cujo significado desenvolveremos a seguir.

A SETA DO TEMPO NO SÉC. XX.

A inexistente seta do tempo marcou a segunda metade do séc. XX, e a ponta final do que geralmente se assume como o segundo milénio da era cristã, dalgumas tendências fortes e cheias de consequências sobre o futuro da humanidade. Se esta humanidade é a «evolução tornada consciente de si própria», a consciência dessas tendências também é decisiva para que a evolução-tornada-consciente-de-si-própria assuma o melhor de entre os seus possíveis destinos. Mas essa consciência está-se também desenvolvendo de forma acelerada enquanto, outro sinal dos tempos, *Deus terá falecido*, segundo o «obituário» da edição especial de «*The Economist*», encerrando e relatando o milénio. O homem percorreria assim sozinho o final da (sua) história, sob a égide da democracia e do mercado. Ou dito de modo mais provocador e menos prosaico: no final dessa história, Criador e Criatura teriam descoberto que haviam de há muito trocado os seus papéis. Para o Bem ou para o Mal, claro.

Recordemos, então, algumas dessas tendências históricas mais pesadas, à entrada do séc. XXI:

O desenvolvimento científico e tecnológico invade, nos países mais desenvolvidos, a esfera da actividade económica em escala e ritmo sem precedentes. Aquilo que se convencionou chamar a «nova economia» articula produção do conhecimento, aplicação desse conhecimento e processo social de inovação de novas e surpreendentes formas (uma descrição ampla do fenómeno encontra-se em World Bank, 1999).

Ninguém poderá garantir, é certo, que os progressos da ciência e tecnologia sejam, de entre todos os campos possíveis de investigação, os mais benéficos para o «progresso» humano, seja qual for o sentido da expressão.

Ou dito doutra forma: não podemos estar certos, bem pelo contrário, de que as prioridades que a economia e a política na prática estabelecem para a investigação científica e tecnológica sejam as mais conformes às exigências do «desenvolvimento humano e sustentável» de que o planeta carece. Mas isto não nos impede de reconhecer o rápido desenvolvimento do conhecimento, designadamente o que se pretende científico, e do seu condicionamento cada vez mais estreito do próprio desenvolvimento económico.

Por outro lado, esta transformação do capitalismo, nos países mais avançados, na tão louvada «*knowledge based economy*» retroage sobre o próprio modo de produção do conhecimento (Gibbons e outros, 1999).

Deixa de haver, digamos, um mundo à parte, de torres de marfim habitadas por sábios e universitários investigadores das verdades possíveis e nem sempre úteis, mundo organizado em estruturas hierarquizadas e duradouras, onde as revoluções na corrente principal (*main stream*) do pensamento são possíveis, mas dolorosas e difíceis, sempre defrontando grande resistência das orgulhosas comunidades científicas estabelecidas, que configuram os paradigmas, por onde aprendem os que desejam o ingresso nessas comunidades, assegurando a sua reprodução.

Em vez disso, a produção do conhecimento torna-se informal, indisciplinada, ou pelo menos transdisciplinar e assente em redes de indivíduos e organizações que não são estáveis. Ao nível individual, surgem os «trabalhadores do conhecimento» que podem também ser portadores de valiosos conhecimentos não codificados, pessoais e intransmissíveis como a sua identidade. Situam-se, eles também, num espaço transnacional e global, que pode depender pouco da localização num determinado espaço geográfico.

Esta, ao menos aparente, des-organização da produção do conhecimento abre maiores oportunidades à criatividade dos indivíduos e das redes em que se situam, tudo contribuindo para maior propensão das economias e sociedades à inovação, quer no campo do conhecimento quer da sua aplicação social.

Na esfera económica, a globalização da economia (e também da sociedade) mundial cria novas tensões entre o nível mega-económico — o sistema mundial no seu todo — o nível macroregional (por exemplo o espaço da União Europeia ou da Ásia do Pacífico), e o nível «macroeconómico» (entenda-se, nível da economia nacional).

Entre os extremos da cadeia destes complexos e instáveis relacionamentos, isto é, os níveis da mega-economia e da economia «local» geram-se movimentos que podem ser contraditórios de globalização do local e de localização do global.

Globalização do local — isto é, certos «locais» como, por exemplo, Macau e Hong Kong promovem-se, ou ambicionam promover-se, a papéis globais, de algum modo ultrapassando a própria esfera do nacional — seja agora a grande nação chinesa, ou antes, se se preferir, a «nação» cantonesa — para serem actores no grande espaço mega-económico.

Mais geralmente, interesses e populações podem organizar-se com relativa autonomia nos espaços intra-nacionais, para daí emergirem sem perda de identidade, pelo contrário, reforçando-a, ao nível do global. Claro que não está ao alcance de todos os «locais» ou «pontos» no espaço prosseguir tal ambição, mas os exemplos multiplicam-se e as expectativas locais de globalização aumentam.

Por exemplo, para preservação e valorização de ricos patrimónios históricos como a Foz do Coa e as suas gravuras pre-históricas, ou a ilha de Bolama na Guiné Bissau.

Esta ilha, nomeadamente, surge-nos como caso de globalização «*avant la lettre*», com específico património histórico e cultural. Património que contém, além das mais profundas tradições do povo bijagós e da sua rainha, um monumento oferecido por Mussolini, em memória dos «caídos de Bolama» aviadores italianos que tentando atravessar o Atlântico Sul, ali soçobraram, outra estátua dedicada a um presidente dos EUA, Ulisses Grant, ruínas de construções portuguesas, incluindo a fachada dum «Grande Hotel», do tempo em que Bolama era a capital da Guiné e exibia nas suas ruas fechaduras de ferro forjado com a marca do fabricante, orgulhosamente situado na rua do Progresso no Porto.... Enfim, traços dum passado já dalgum modo global, mas só remotamente ligado ao mundo muito mais densamente globalizado em que vivemos.

Nesta perspectiva, a globalização de hoje pode actuar não no sentido do apagamento da História e das «histórias» mas contribuindo antes para a sua redescoberta e mesmo reinvenção, um pouco à imagem do ocorrido na fantástica Conservatória Geral do Registo Civil da alegoria *Todos os nomes* saída da pena fabulosa de José Saramago.

Localização do global – isto é, actores transnacionais, grandes empresas globais, elaboram e aplicam estratégias com determinadas configurações geográficas que, por exemplo, determinam a instalação de capacidades produtivas e a criação de empregos em determinados pontos no espaço, ou o contrário disso noutros pontos, quando se retiram, para mais convenientes localizações. Por vezes, que se tornam mais frequentes, são os «locais» que se organizam para atrair o investimento das Empresas Transnacionais (ETN), e competem entre si nessa atracção dentro do próprio espaço nacional, como tem vindo a suceder na China, a partir duma experiência gigantesca, inicialmente limitada às chamadas «zonas económicas especiais», mas gradualmente estendida a todo o país.

Uma consequência de tudo isto reside na metamorfose da «nação», não apenas no plano económico, mas em todas as dimensões da existência colectiva dum povo. Se a identidade nacional se limita à preservação da memória dum passado próprio — aliás, mais ou menos idealizado e «reconstruído» pela ideologia nacional — não há que falar em metamorfose mas tão somente em ruptura entre passado e presente. *Mas se se pretende encontrar ou construir alguma continuidade entre eles, em busca duma «identidade» nacional não só retrospectiva mas também prospectiva, a nossa questão pode talvez ter sentido.*

É o que vamos considerar, no caso português.

HERÓIS DO MAR, NOBRE POVO...

Há quinhentos anos, Portugal chegava à Índia e ao Brasil e vivia o período aéreo da sua expansão mundial. Outros povos igualmente se expandiram, antes e depois, a Ocidente e a Oriente

O facto de uma pequena e pouco povoada nação ter tido tão grande expansão não é talvez tão surpreendente como a circunstância de o «império colonial português» ter resistido — para lembrar a expressão de Salazar — aos «ventos da História» até ao último quartel do séc. XX, isto é, ter sobrevivido, embora amputado, marginalizado, sempre frágil, e finalmente obsoleto, quase meio milénio.

Ou por outras palavras: o que parece mais surpreendente é o registo de tantas «anomalias de calendário» na história portuguesa, dir-se-ia, *os portugueses chegando cedo demais na alvorada dos tempos modernos, partindo do tarde demais no seu ocaso*. Mas não é este tema que nos interessa aqui discutir.

O nosso ponto de partida é a verificação de que não é a territorialidade no sentido tradicional, ou seja, a configuração espacial do estado determinada pelas fronteiras geográficas dos territórios ocupados e em que é formalmente soberano que hoje conta. O poder hoje hegemónico, o norte-americano, tem é certo a supremacia no campo militar, entre outros. Mas o suporte fundamental do seu poder não se encontra nem se manifesta nesse campo, mas sim nos domínios económico, financeiro e tecnológico.

A hegemonia norte-americana no actual sistema mundial é afinal tão específica como o próprio sistema, este aliás mutável e em transição para destino imprevisível. É talvez que o suporte essencial dessa hegemonia se encontre na combinação única do que poderemos designar por três modelos característicos da economia e da sociedade norte-americanas: o cultural, o económico (em sentido amplo, incluindo a dimensão monetária e financeira) e o tecnológico.

Estes três «modelos» são simultaneamente condicionamentos fortes do sistema global, e também naturalmente dos seus componentes nacionais.

Por seu turno, estes componentes nacionais, quando visam a globalização, são também impelidos, de boa ou má vontade, para processos mais ou menos conseguidos de imitação do poder hegemónico, ou seja de «americanização». Mesmo no caso de um pequeno país medianamente desenvolvido, como Portugal.

Naquilo que designámos por modelo cultural norte-americano incluímos, de forma aqui apenas esboçada e esquemática:

- O primado da liberdade individual e da chamada sociedade civil sobre o mútuo e amplo condicionamento do estado e do cidadão, à maneira da Europa Ocidental mais desenvolvida; este primado, simbolizado pelo tí-pico duro e solitário herói americano, tem como contrapartida a atomização do tecido social, no limite a sua destruição.

- O consumismo insaciável, constantemente estimulado por hábeis estratégias de marketing, e que jamais poderá ser saturado, sob pena de comprometer o funcionamento do sistema económico, este por seu turno, essencialmente baseado no sistema social

- A aspiração ao sucesso na economia mercantil, demonstrado pelo enriquecimento pessoal, como principal «*raison d'être*» do indivíduo bem integrado na sociedade da abundância.

Neste último aspecto, um representativo porta voz do modelo americano, a revista *Forbes*, elucida-nos que os americanos mais ricos acumulam fortunas cada vez mais grandiosas e que, ao que parece, estão também ao alcance dum maior número. Dir-se-ia que ser bilionário nos EUA de hoje não é tão difícil como ser-se milionário há trinta ou quarenta anos. Assim sendo, o *American Dream* tornou-se mais maravilhoso do que nunca, sem por isso deixar de estar ao alcance de qualquer um... suficientemente ambicioso e capacitado para o efeito, bem entendido.

No terreno económico, sobressai a intensa e complexa competição entre múltiplos actores, que também assume cada vez mais um carácter híbrido de «competição entre cooperações», enquanto os actores dominantes — por vezes designados justamente de «*global players*» — vão concentrando maior poder económico em mercados globais, visando a maximização do lucro a curto prazo. Esta dimensão económica dos EUA projecta-se num processo mundial de globalização, com diferentes implicações que referimos noutros sítios (Murteira, 1997).

No domínio tecnológico, o aspecto porventura mais característico e decisivo encontra-se na generalização do que acima referimos como «novo modo de produção» do conhecimento, por sua vez associado ao desenvolvimento da nova economia baseada no conhecimento. Trata-se, afinal, de articular economia, conhecimento, desenvolvimento tecnológico, tudo apoiado nas novas tecnologias da informação e comunicação, segundo a lógica do polo hegemónico do actual sistema mundial.

Posto isto, é de Portugal, e não dos EUA, que nos interessa mais falar neste texto.

Podemos perguntar, então: na re-localização de Portugal no mundo globalizante — a que apela, como dissemos, o termo da transição pós-colonial — que significado poderemos atribuir aos processos de «americanizações», tomando por referência os padrões ou modelos mencionados e que se referem, cada um deles, à cultura, à economia e à ciência e tecnologia?

Questão sem dúvida formulada de maneira deliberadamente ambígua, pois que pressupõe a compatibilidade entre o desejo de afirmação duma identidade radicada em História própria e a imitação dum poder hegemónico que dalgum modo condicionou, segundo a sua trajectória e o seu interesse, o sistema global ao nível planetário a que pertencem — e é certo, sem alternativa — tanto o imitador como o imitado.

Podemos também perguntar, situando Portugal no contexto europeu: existirão alternativas europeias para tais referências, ou essas alternativas são

apenas aparentes, afinal formas disfarçadas de adiamento no inelutável processo de americanização?

Claro que não pretendemos nestas notas introdutórias, perante temas tão vastos, mais do que propor ao leitor certas pistas de reflexão, que esperamos poder desenvolver em futuras edições desta revista.

CONSTRUIR A «REGIÃO PORTUGUESA» DA EUROPA NUM MUNDO GLOBALIZANTE.

Os últimos vinte e cinco anos da história portuguesa, como se sabe, foram de profundas transformações e mesmo profundos progressos em muitos domínios da economia e da sociedade portuguesas. É certo que subsistem atrasos consideráveis e até inexplicáveis — pelo menos, *inexplicados* — pela sua dimensão e persistência.

(Veja-se por exemplo a situação calamitosa finalmente confessada pelos poderes públicos na administração da justiça. Administração que, como é óbvio, condiciona decisivamente a significação do chamado «estado de direito», por seu turno essencial à prática democrática.

Situação igualmente lamentável existe no sistema estatístico nacional, que regressou nos últimos anos, enquanto acreditamos que a realidade a que se refere, essa progrediu. Facto que se afigura ainda mais paradoxal quando o poder político português e a UE insistem justamente na apologia da sociedade da informação e da economia baseada no conhecimento. Informação e conhecimento afinal suportados por que imagens ou mensagens do real?!

Apesar disso, podemos reconhecer, em perspectiva de longo prazo, que aquelas transformações exprimem a aceleração e o desenlace, dalgum modo final, duma longa trajectória de desconexão euro-africana substituída, sobretudo desde 1986, pela integração formal e real na Europa da UEM.

A «grande questão» que se coloca para Portugal, tudo somado, é pois de encontrar um caminho, uma transição quanto possível harmoniosa para essa «nova economia» global e baseada no conhecimento, admitindo que a integração europeia não só permite como *dalgum modo abre e potencia tal caminho*. (Cf. MEPAT, 1998).

O que por sua vez pode ser remetido para as três temáticas da cultura, da economia e da ciência e da tecnologia, nos sentidos definidos, que estão obviamente relacionados entre si.

Essa relação, de forma simplista mas essencial, poderá ser formulada do seguinte modo:

- No domínio «cultural» trata-se de conceber e praticar valores e comportamentos, em particular no meio empresarial, consentâneos com certo modelo de economia e de sociedade, que não terá de ser necessariamente

o norte-americano, embora relevantes poderes e interesses joguem a favor da sua imitação;

- No domínio «económico», trata-se sobretudo, como repetidamente se tem afirmado, de criar e desenvolver condições estruturais para a competitividade da economia portuguesa no mercado global; essa competitividade, todavia, pode assumir um carácter mais defensivo ou «localizador» do que ofensivo ou «globalizador», sendo ambas necessárias, com predomínio da segunda, em princípio, subordinante da outra perspectiva;
- No domínio do «conhecimento», possivelmente o mais influente a longo prazo, trata-se em síntese de apoiar e estimular um processo sistemático e contínuo de aprendizagem ao nível dos indivíduos e organizações. Esta questão justifica uma referência particular.

O CONHECIMENTO DA APRENDIZAGEM E A APRENDIZAGEM DO CONHECIMENTO.

Em última análise, no contexto da chamada nova economia, o processo central do sistema económico consiste na aquisição, tratamento, transmissão e produção de informação «relevante» para os actores situados no mercado; informação, por seu turno, além do mais necessária para a gestão apropriada do stock de conhecimento existente e também para a produção de novo conhecimento, uma e outra orientadas para a resolução de determinadas problemáticas, situadas em tais economias e sociedades concretas.

É evidente que no caso português, nesta perspectiva, como na grande maioria dos outros países, o essencial está no *acesso útil* a um certo potencial de conhecimentos científicos e tecnológicos, e não na capacidade própria de produzir tais conhecimentos. E afirmar isto não significa, como é evidente, excluir *ab initio*, a possibilidade de em Portugal se «criar» conhecimento científico e tecnológico em áreas determinadas. Mas tal possibilidade é diminuta, não só pela pequena dimensão do País como também e sobretudo pelo seu reduzido (mesmo em termos relativos) potencial científico e tecnológico.

Por «acesso útil», queremos significar, neste quadro de raciocínio, e em termos muito genéricos, *disponibilidade de conhecimento para aplicação na resolução de problemas identificados pelos actores que concorrem no mercado*.

Por que vias se processa, ou pode processar, esse acesso? Ou por outras palavras, usando o termo aprendizagem como sinónimo de «acesso útil» a conhecimento (incluindo neste, sem mais precisões, a componente informativa): como se processa no quadro da economia do mercado global, a «aprendizagem» duma economia medianamente desenvolvida, integrada numa macro-região que se situa num dos polos dominantes do sistema mundial?

Por diversas vias, como se sabe, desde o ensino formal, ao «aprender fazendo» de indivíduos e organizações que, além do mais, permite a acumulação de saberes não codificados e até intransmissíveis em indivíduos dotados de conhecimentos e experiências específicos. Entre essas vias contam-se também, sem dúvida o IDÉ, os contratos de transferência de tecnologia, as parcerias entre empresas, até a simples modernização do capital fixo, traduzindo aquilo que se designou por «progresso técnico incorporado». E também a actuação de empresas de prestação de serviços, assimiláveis a «investimentos imateriais», incluindo algumas grandes empresas transnacionais que gerem conhecimento acumulado à escala do mercado global. Mas sabemos talvez ainda pouco, em profundidade e numa perspectiva crítica, como se desenrola este processo de aprendizagem da ciência e tecnologia modernas, no sentido que demos ao termo, ao nível prático do funcionamento da economia.

Em síntese, trata-se de perceber como se forma, distribui e gere certo capital de conhecimentos num espaço geográfico onde os actores, nacionais e estrangeiros, cada vez mais transbordam as fronteiras desse espaço. E há boas razões para crer, à entrada do séc. XXI, que a verdadeira dimensão aquilo que hoje poderemos considerar «subdesenvolvimento» se pode encontrar a esse nível.

E em última análise, e para regressarmos ao nosso tema inicial, a partida simbólica de Macau poderá dalgum modo ser compensada pela chegada, também simbólica, aos horizontes da nova economia global, horizontes todavia só acessíveis pela informação e pelo conhecimento, meios que afinal foram bem utilizados pelos nossos antepassados navegadores, que assim excederam os limites do seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GIBBONS, LIMOGES, NOWOTNY, SCHWARTZMAN, SCOTT e TROW. *The new production of knowledge* Londres, Sage, 1999
- Ministério do Equipamento, Plano e Administração do Território Portugal – *Uma visão estratégica para vencer o séc. XXI* (documento de trabalho), Lisboa, Dezembro de 1998
- MURTEIRA, MÁRIO. *Economia do Mercado Global*. Lisboa, Presença, 1997
- O que é a economia mundial – a emergência duma nova ordem global*, Lisboa, Difusão Cultural, 1997
- The Economist (Millenium special edition) *Reporting on a thousand years*, Dezembro de 1999
- World Bank Knowledge for Development (World Development Report, 1998/99)